



VII

CONGRESSO INTERNO

Material de referência
das discussões

Dezembro de 2014



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

**Fundação Oswaldo Cruz
VII Congresso Interno**

**CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA A SAÚDE,
DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**

Documento de Referência – Apreciado no CD Fiocruz (27 de maio - 2014)

1. Apresentação Geral

A realização do Congresso Interno constitui oportunidade singular para a revisão e aperfeiçoamento das grandes estratégias e diretrizes institucionais. É igualmente importante avaliar o modelo de planejamento utilizado, visando o aprimoramento não apenas de sua matriz conceitual, mas em especial da governança institucional, que pode ser enriquecida, possibilitando mais eficiência interna e melhores resultados apresentados à sociedade.

O VII Congresso Interno realiza-se em ambiente marcado por novos e importantes desafios. Se de um lado há claros avanços em nossa sociedade, destacando-se a redução da miséria e da pobreza, a incorporação de enormes contingentes populacionais a serviços e bens antes distantes, o país encontra-se ainda bastante aquém de padrões de inclusão em bases mais igualitárias e justas. O padrão de desenvolvimento da nação demanda tanto mais sustentabilidade, em termos abrangentes, quanto mais inclusão, soberania e qualidade de bens e serviços. A sociedade torna-se claramente mais complexa e diversificada, em muito decorrente do enorme contingente de cidadãos incluídos, mas também decorrente de novos padrões de informação, comunicação e formatos de expressão social e coletiva de interesses. De outro lado, os interesses, em geral conservadores, resistem, além de gerarem novas formas e estratégias para manterem hegemonia num padrão de desenvolvimento desigual da nação.

O grande desafio, do ponto de vista do aperfeiçoamento da cidadania e do acesso mais igualitário a oportunidades e direitos, implica um radical aperfeiçoamento do Estado e das suas instituições, de modo que estejam cada vez mais aptos a responder a novas demandas e em condições de promover mais entregas com melhores resultados, alinhados às principais necessidades sociais. É preciso que alcancem mais transparência e condições de promover maior controle social, sem os quais não estarão alinhados aos anseios da sociedade.

Na condição de “instituição estratégica de saúde para o Estado”, a Fiocruz firma compromisso inalienável com a sociedade e, portanto, seus objetivos e obrigações devem possuir uma clara razão de ser: atender e prover, nas suas áreas de atuação, as condições para o desenvolvimento da ciência e tecnologia a serviço da saúde do povo brasileiro, considerando o desenvolvimento do SUS como processo civilizatório da nação.

Com esse compromisso, a Fiocruz busca posicionar-se frente aos novos e mais complexos desafios da saúde e do desenvolvimento do país. Para tanto, se transforma e se desenvolve, guardando, porém, a sua condição de origem, de ser partícipe da construção da nação, como instituição diferenciada no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde.

No processo que se renova neste VII Congresso Interno, a instituição, de forma democrática, envolvendo o conjunto de seus dirigentes e trabalhadores, atualiza as estratégias e diretrizes para o futuro institucional, mirando o desenvolvimento do Estado e da sociedade. Resgata, atualiza e projeta grandes desafios a serem melhor enfrentados quando os seus recursos, sejam políticos, econômicos, organizacionais e, sobretudo, de qualificação profissional, estiverem adequadamente alinhados e democraticamente pactuados com transparência, conformando política e ação institucional públicas.

O tema *Conhecimento e Inovação para a Saúde, Desenvolvimento e Cidadania* sintetiza o conjunto dos propósitos a serem formulados, discutidos e aprovados neste VII Congresso, comunicando nosso maior compromisso com a sociedade, sendo igualmente referência para nossas decisões e ações neste novo ciclo que se inicia nesse Congresso.

São esses os grandes propósitos que justificam mais um Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de deliberação interna e capaz de projetar, com vigor, a instituição para os anos à frente.

2. Estrutura do Documento e Processo Congressional

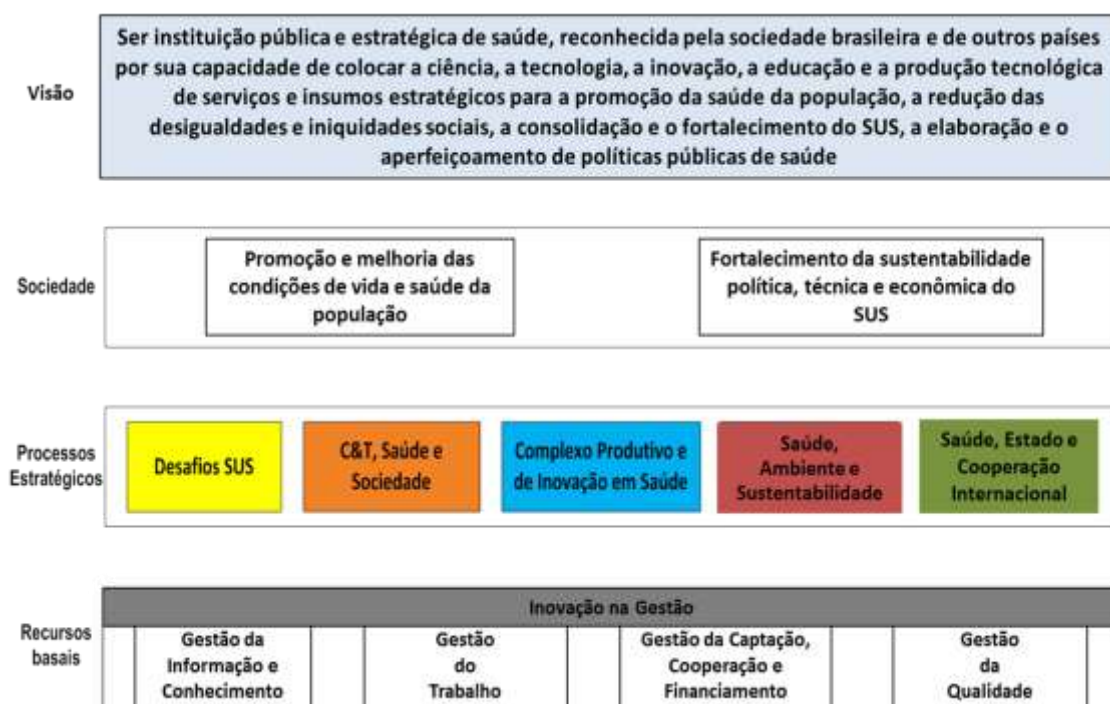
O processo de formulação estratégica adotado no VI Congresso Interno segue como importante referência neste novo Congresso. O VI Congresso teve como ponto de partida a identificação de variáveis e a análise de tendências e desafios do ambiente externo, nas várias dimensões afetadas à organização. Considerou ainda os fatores positivos e negativos relacionados ao ambiente interno, para daí derivar os objetivos estratégicos.

A matriz conceitual utilizada no Plano de Longo Prazo parte do conceito de mapa estratégico utilizado no Balanced Scorecard (BSC) – organizado em perspectivas, também inspiradas pela abordagem do BSC, as quais, por sua vez, são desdobradas em objetivos estratégicos distribuídos por eixos temáticos.

O Planejamento de Longo Prazo - PLP compreende as declarações de Missão e Visão de Longo Prazo, além de macrodiretrizes que conformam uma agenda de mudanças, tendo como horizonte temporal o ano de 2022.

O Mapa Estratégico do PLP (Figura 1) apresenta três perspectivas, orientadas para a Visão de Longo Prazo da Fiocruz. A primeira, *Resultados para a sociedade*, tem caráter orientador frente às demais e é composta por dois grandes objetivos-diretrizes mais gerais - um voltado para a sustentabilidade política, técnica e econômica do SUS e outra para a melhoria das condições de vida e saúde da população. A segunda perspectiva representa os processos estratégicos da instituição, definidos a partir dos focos centrais de atuação da Fiocruz. A terceira, denominada perspectiva de base ou recursos basais, abrange os objetivos referentes à gestão dos recursos tangíveis e intangíveis relacionados com o desenvolvimento institucional da Fiocruz. A esta perspectiva corresponde o eixo temático, *Inovação na Gestão*, subdividido em quatro subeixos: Gestão do Conhecimento e da Informação; Gestão do Trabalho; Gestão da Captação, Cooperação e do Financiamento e Gestão da Qualidade.

Figura 1. Mapa Estratégico Fiocruz, 2022 (Relatório Final do VI Congresso Interno – 2010)



O Plano Quadrienal 2011-2014 da Fiocruz foi estruturado em macroprojetos, que buscam operacionalizar os objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Longo Prazo e são distribuídos pelos mesmos eixos temáticos que orientam o PLP.

O VII Congresso Interno da Fiocruz tem o propósito de atualizar o Plano de Longo Prazo (PLP – 2022) da organização e estabelecer as bases para a elaboração de seu próximo Plano Quadrienal (2014-2017). Para isso, este documento contempla a análise do desempenho institucional ao longo do atual ciclo de planejamento – 2011-2013¹.

Este documento também apresenta uma breve análise de conjuntura externa e interna e da proposta de atualização do Posicionamento Estratégico Fiocruz 2022 (Mapa Corporativo com Elementos de Mudança e Definição de Áreas Prioritárias); a formulação das Bases Estratégicas para o Novo PQ 2014-2017 (Mapas, Objetivos/Diretrizes por Eixo – 5 Eixos; a agenda de gestão corporativa, transversal aos eixos finalísticos; e, finalmente, a definição da sistemática e da agenda de monitoramento, avaliação e prestação de contas (incluindo fase pós-congressual).

Dois temas são tratados especificamente, em destaque: apreciação de mudanças estatutárias e os aspectos da relação Fiotec-Fiocruz. Quanto ao primeiro, dada atribuições da instância congressual, são submetidas à apreciação alterações focalizadas, considerando pontos tais como: a possível transformação de Bio-Manguinhos em empresa; novas realidades consagradas e ausentes da estrutura formal, como a Coordenação de Gestão de Tecnologias de Informação (CGTI); e finalmente, pontos já aprovados em congressos anteriores e não consagrados no estatuto, como a criação do Instituto Carlos Chagas (ICC/Fiocruz Paraná). Quanto à relação Fiocruz/Fiotec, dois destaques: a apreciação sobre a concessão de bolsas a servidores; e a maior integração dos projetos operados via Fiotec no sistema interno da Fiocruz.

Por fim, em anexo ao documento, são identificados pontos relativos ao VI Congresso que devem ainda ser apreciados, na forma de destaques, no VII Congresso².

Ao longo da fase pré-congressual, serão realizados debates, fóruns (inclusive eletrônicos) e mobilizados outros instrumentos de informação e comunicação, de modo a assegurar o aprofundamento dos grandes temas, propiciando a melhor preparação institucional, especialmente dos delegados que serão mobilizados para a fase de deliberações, agendada para os dias 19 a 22 de agosto.

3. Balanço do Período - Principais Resultados Alcançados (2011-2013)

A avaliação de desempenho apresentada a seguir não encontra-se restrita ao proposto formalmente no VI Congresso, abarcando outras ações relevantes desenvolvidas no período, mantendo como referência os eixos temáticos formulados no PLP.³

3.1. Desafios do SUS

O Eixo Desafios do Sistema Único de Saúde reúne uma série de objetivos e iniciativas relacionados ao campo da atenção – nas áreas de assistência, prevenção, promoção e vigilância

¹ . Ainda que o atual ciclo de planejamento tenha sido formulado para um período de quatro anos no VI Congresso (2011-2014), este Congresso considerará apenas os três primeiros anos para efeito de avaliação de desempenho. O ciclo de planejamento que se inicia corresponde ao período 2014 – 2017, coincidindo o último ano do ciclo com o primeiro ano do próximo período de gestão.

² . Este anexo será incorporado ao documento oportunamente.

³ Esta avaliação não se propõe a ser exaustiva, mas a destacar elementos do desempenho institucional relevantes para este novo ciclo de planejamento.

à saúde –, mas também à formação de quadros profissionais ligados diretamente à operação do sistema de prestação de serviços e à avaliação de políticas públicas na área de saúde. Se, por um lado, encontramos neste eixo proposições mais diretamente relacionadas à prestação de serviços para o SUS, a totalidade das iniciativas e das proposições do plano estratégico da Fiocruz buscam responder aos *Desafios do SUS*, tanto no campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico e da informação e comunicação, como na produção de insumos estratégicos e na cooperação internacional. A grande abrangência deste eixo pressupõe ajuste para o próximo ciclo, tornando-o mais objetivo e segmentado.

Dentre as realizações deste eixo, destaca-se o início das obras e os esforços de remodelagem institucional visando às novas instalações e estruturas do Instituto Nacional de Infectologia e do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente no novo complexo hospitalar a ser construído no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Este é um projeto de grande impacto para a Fiocruz, que exigirá grandes esforços no próximo ciclo de planejamento, incluindo forçosamente uma melhor definição do papel destes institutos nacionais no SUS, bem como uma maior articulação nos âmbitos dos sistemas internos de ciência, tecnologia e inovação.

Outro desafio, associado ao anterior, encontra-se na rede de serviços de vigilância. Embora tenha havido alguns avanços pontuais, a proposição de caráter mais estratégico, de integração das atividades de vigilância à saúde na Fiocruz, ainda carece de um modelo mais claro, que envolva as relações entre os serviços de vigilância e os serviços assistenciais. Por exemplo, será preciso definir em um modelo integrado as relações e fluxos entre o Instituto Nacional de Infectologia e os diversos centros e laboratórios de referência em doenças infecto-parasitárias existentes em várias unidades de Fiocruz. Da mesma forma, será necessário definir a forma de integração deste complexo ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. São definições importantes que não se restringem à Fiocruz, pois envolvem uma série de atores no campo da gestão do SUS, e que permanecem como desafios para o próximo ciclo.

Diversas proposições no campo da telessaúde, teleassistência e telemedicina não foram adiante e também permanecem como desafios para o próximo ciclo de planejamento. É preciso mencionar, porém, a implantação do sistema de telessaúde para o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, por meio do qual já foi realizada uma série de atividades de caráter multicêntrico. Entre elas, webconferências e videoconferências com gestores; aulas em ambiente virtual e tempo real; consultorias à distância; e pesquisas de plataformas tecnológicas de baixo custo para auxiliar na organização do cuidado, dentre outras.

No campo da formação de quadros para o SUS, deve-se mencionar a liderança exercida pela Fiocruz na consolidação da Rede de Escolas e Centros formadores em Saúde Pública/Coletiva e uma série de outras iniciativas, como a implantação da Escola de Governo em Saúde em Brasília. Além dos 14 cursos operados por outras unidades, foram realizados somente pela Fiocruz Brasília cursos de especialização que resultaram na formação de mais de 800 egressos. O papel da Fiocruz no processo de consolidação do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), cuja secretaria executiva é exercida pela Fundação desde 2011, alcançou enorme importância nos últimos anos. O UNA-SUS, com importante atuação da Fiocruz, tem sido responsável por importantes ações de formação no plano nacional, com destaque para o Provab (Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica) e, mais recentemente, para o Programa Mais Médicos. Ainda neste campo, outra realização importante foi a participação da Fiocruz na

consolidação da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (Renaf), que já conta mais de três mil egressos de cursos *stricto* e *lato sensu* e mais de 13 mil alunos formados em cursos à distância, constituindo-se em exemplo do potencial de atuação da Fiocruz como indutor de iniciativas de desenvolvimento em âmbito nacional.

No campo da avaliação e apoio às políticas públicas na área de saúde, as iniciativas propostas no período consistiram no estabelecimento de redes e programas que pudessem dar um caráter mais orgânico às ações da Fiocruz. Uma iniciativa a ser mencionada é o Banco de Práticas e Soluções em Saúde e Ambiente, Ideia-SUS, uma iniciativa da Fiocruz, Conass e Conasems e que tem como finalidade a divulgação e consulta de práticas e soluções para o SUS, implantadas nos diversos territórios do país. A iniciativa de cooperação com o Conass e Conasems também obteve como resultado a realização de estudos que viabilizaram a sistematização de informações de todos os Planos Estaduais de Saúde, bem como análises no campo do financiamento, visando contribuir com o processo de regionalização, aprimorado pelo Decreto 7508/2011. Do mesmo modo, várias ações de cooperação com instâncias do Ministério da Saúde têm sido um importante instrumento para o alinhamento de atividades de pesquisa, ensino, serviços e desenvolvimento tecnológico com os programas governamentais no âmbito do SUS. É o caso da Rede Cegonha; do Programa Crack: é Possível Vencer; da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e Projeto QualiSUS Redes, entre outros. Carecemos, no entanto, de maior sinergia entre essas iniciativas para que seus resultados possam elevar o impacto das contribuições da Fiocruz na consolidação do SUS.

Porém, no campo da avaliação e apoio à formulação das políticas de saúde, persiste na Fiocruz um quadro de projetos e iniciativas isoladas, sem uma orientação programática clara que faça frente aos imensos desafios históricos colocados para o projeto institucional do SUS. Há problemas persistentes, como o desafio do (sub) financiamento, da regulação do sistema suplementar privado, das relações interfederativas, dos modelos assistenciais etc.

3.2. Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade

O eixo *Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade* concentra um conjunto de proposições mais diretamente relacionadas com a área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à pós-graduação acadêmica *stricto sensu*, incluindo também iniciativas e estratégias relacionadas às áreas de informação e comunicação e à preservação e difusão do patrimônio histórico da Fiocruz. É também neste eixo que se encontra o macroprojeto Presença Nacional da Fiocruz, incluindo o desenvolvimento dos escritórios de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí.

Na área de Informação e Comunicação destacam-se os avanços na reestruturação do Portal Fiocruz e de outros *sites*, na recente aprovação da Política de Livre Acesso e no repositório institucional, assim como na utilização de diversos mecanismos de comunicação com a sociedade, tais como o lançamento da Carta de Serviços, já com duas edições (2012 e 2013).

A área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico conta com seis macroprojetos, sendo quatro deles voltados para a formação de redes: Rede de Pesquisas Clínica; Rede de Avaliação de Tecnologias em Saúde; Rede de Tecnologias Sociais; e redes e programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino e de plataformas tecnológicas integradas entre unidades da Fiocruz e as instituições de C&T nas diversas regiões do país.

Destaque no período para o fortalecimento da Rede de Pesquisa Clínica, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), com o lançamento de editais e

valorização de critérios de avaliação de projetos com impacto para o SUS. O objetivo estratégico para o qual esta iniciativa pretende contribuir é o fortalecimento do papel estratégico da pesquisa clínica na Fiocruz. Esta Rede é mais uma a operar por meio do Proep (Programa de Excelência em Pesquisa - Acordo Fiocruz/CNPq), ao lado de outras iniciativas localizadas em algumas das unidades de pesquisa (Instituto Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas René Rachou/Fiocruz Minas e Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz/Fiocruz Bahia).

A proposta de implantação de uma Rede Fiocruz de Avaliação de Tecnologias de Saúde, por sua vez, obteve resultados bastante limitados no que tange à formação efetiva de uma rede interna, apesar da participação ativa da Fiocruz na Rede Brasileira de Avaliação Tecnologia e Saúde (Rebrats).

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos para a Saúde (PDTIS), ao longo do período, manteve uma carteira de 45 projetos ativos em diversos estágios de desenvolvimento, com alguns resultados expressivos: transferência de tecnologia de um medicamento para uso tópico no tratamento de leishmaniose; cinco protótipos de kits para diagnósticos em produção, por meio de parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (malária, meningite meningocócica, bactérias gram negativas, *Staphylococcus aureus* e resistência ao *Methicilline*, leishmaniose visceral e doença de Chagas); validação inicial de kit de diagnóstico para identificação de microorganismos bacterianos ou fúngicos causadores de sepse; além da implantação de quatro novos Programas Integrados – Redes Ômicas e Computação Científica em Saúde e Ambiente (ROCC); Biologia Sintética; Nanotecnologia e Neurociência.

A Rede de Plataformas Tecnológicas da Fiocruz, também vinculada ao PDTIS, conta hoje com 14 plataformas tecnológicas, com 70 subunidades distribuídas por diversas unidades Técnico-Científicas da Fundação, com gerenciamento integrado da utilização e manutenção dos equipamentos, assim como definição de prioridades de investimento.

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), desde sua criação até os dias atuais, coordenou nove redes temáticas de pesquisa, sendo que atualmente continuam ativas a Rede PDTSP - Teias, que tem por objetivo desenvolver e avaliar experiências de gestão de redes integradas de atenção à saúde no âmbito do projeto Teias-Escola Manguinhos; e a Rede Saúde Manguinhos, que financia catorze projetos, além de contar com dez projetos agregadores de conhecimento em andamento. Os principais produtos do PDTSP-Teias foram: modelo de diagnóstico ambiental para áreas de vulnerabilidade social; modelo de pesquisa populacional; modelos de organização da assistência à saúde; materiais e ferramentas educacionais; sistematização de um processo de articulação dos atores para o fortalecimento da participação social.

Na mesma linha das iniciativas anteriores, tendo como objetivo a geração de conhecimento e o desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas para a Fiocruz, deve-se mencionar o Programa Estratégico de Apoio à Pesquisa em Saúde (PAPES). Foi lançado em 2012 o VI edital do PAPES, com a duração de dois anos, que está apoiando 160 projetos de pesquisa selecionados com base em critérios de mérito técnico-científico, pertinência, relevância, impacto e aderência aos objetivos estratégicos da Fiocruz.

Outro conjunto de iniciativas deste eixo relaciona-se com a promoção da qualidade na pesquisa pelo aperfeiçoamento das condições para a excelência em pesquisas e serviços. Destaca-se neste campo o projeto de implantação do Centro de Recursos Biológicos (CRB – Saúde). Nesse sentido, foram levantados os requisitos para a acreditação dos Laboratórios de Ensaio e dos Produtores de Materiais de Referência Pertencentes aos CRB e finalizado um modelo de acreditação para o CRB. Em 2012, foi concluído o Plano de Negócios do CRB-Saúde, que subsidiará as próximas etapas de implantação. No entanto, apesar dos recursos orçamentários disponibilizados, não foi iniciado o processo de implantação da infraestrutura do CRB, estando finalmente, neste ano, integrando o projeto executivo de nova edificação, com outros

laboratórios do IOC. Apesar dos vários projetos registrados nos Planos Anuais das unidades, relacionados à implantação de normas de qualidade e de biossegurança, estes não encontram-se vinculados a uma política, coordenação ou diretrizes institucionais mais claras visando à adequação dos laboratórios e serviços às normas de qualidade e de biossegurança. Em razão da situação de grande vulnerabilidade e dos riscos que representa a área de biossegurança, em especial, deve merecer uma maior atenção no próximo período, destacando-se a sua importância nas ações do Programa Fiocruz Saudável.

Em geral, na área de pesquisa e desenvolvimento, as estratégias propostas pelo VI Congresso tiveram o sentido claro de promover uma maior integração das ações no âmbito institucional, com a criação de redes e estruturação de programas de fomento. Embora haja um saldo significativo de realizações neste campo, permanece o desafio da construção de políticas mais integradoras para a área de pesquisa e desenvolvimento na Fiocruz que incluam a reestruturação e o fortalecimento dos programas de fomento internos, vinculados a uma agenda institucional de prioridades em pesquisa mais aderente à realidade sócio-sanitária do país e capaz de dar respostas aos desafios tecnológicos que se impõem atualmente na área da saúde.

Uma característica a ser referida no conjunto das iniciativas de indução à pesquisa seria uma relativa fragmentação, com o desafio de maior integração da cadeia de pesquisa, desenvolvimento e inovação no interior da Fiocruz.

Na área de ensino, a principal realização foi a implementação do Programa de Excelência para a Pós-Graduação, que tem como finalidade apoiar o desenvolvimento pleno das potencialidades dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Fiocruz. Dentre as ações importantes, se destacam: o mapeamento dos pontos fortes e fracos dos diversos programas com visitas presenciais às unidades para discussão de melhorias nos programas; a indução para o incremento da produção científica dos docentes e discentes em periódicos de alto impacto, inclusive com financiamento por assinatura institucional de publicações em revistas científicas; a oferta de disciplinas para aprimoramento da escrita científica; e a intensificação de parcerias acadêmicas com instituições internacionais. Devem ser registrados os importantes avanços obtidos na avaliação da Capes para o triênio 2010-2012, divulgada em dezembro de 2013. Os programas de biologia celular e molecular e de biologia parasitária, ambos do Instituto Oswaldo Cruz, receberam nota sete, sendo os primeiros no sistema acadêmico da instituição. Os outros cinco programas ficaram com nota 6 – de pesquisa clínica em doenças infecciosas, do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas; de ciências da saúde, da Fiocruz Minas; de saúde pública, de epidemiologia em saúde pública e de saúde pública e meio ambiente, todos da Escola Nacional de Saúde Pública. Metade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da instituição subiu de conceito e pode-se dizer, a partir desta avaliação, que um terço dos programas *stricto sensu* da Fiocruz apresentam desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

A área de Informação e Comunicação concentra-se em três macroprojetos, sendo o de maior destaque o projeto Informação comunicação e divulgação em saúde e ciência e tecnologia para o SUS e com a sociedade. A reestruturação do Portal Fiocruz ampliou de forma expressiva a visibilidade e transparência da instituição, possibilitando a elevação de padrões de eficácia e eficiência na usabilidade e acessibilidade do *site* e da informação. Alcançou o patamar de cinco milhões de acessos únicos em menos de dois anos de existência da sua nova versão e houve aumento significativo dos por meio de ferramentas externas de busca. Cabe destacar também a recente aprovação da Política de Acesso Aberto à Informação Científica e em Saúde, bem como o processo de implantação do Repositório Institucional Arca - que demandará a definição de recursos orçamentários para a sua operação e a implantação de estruturas de coordenação, com representação em todas as unidades. Além disso, é importante pontuar o lançamento e

aprimoramento de sistemas de informação de caráter estratégico, como o da Rede Brasileira de Ensaio Clínicos (Rebec), o do Centro Colaborador da OMS para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente (ProQualis) e do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox).

Neste período, o Canal Saúde transformou-se em efetivo canal de televisão, aumentando de forma expressiva sua participação no sistema nacional de comunicação e informação em saúde. A veiculação de programas próprios alinhados aos grandes temas setoriais tornou-se significativa, bem como seu papel frente a espaços institucionais do sistema, em especial a área de controle social, por meio dos conselhos, mas também frente aos órgãos executivos e de representação, como Conass e Conasems, além de ampliar linhas de cooperação no campo da comunicação para outros países. Embora tendo ampliado a profissionalização e especialização de sua estrutura, ainda carece de claras diretrizes para a efetiva institucionalização, dada a sua vinculação como serviço à Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação.

Outra iniciativa importante nesta área tem por objeto a implantação de um sistema de informação integrado de gestão disponível no Portal corporativo – Intranet Fiocruz, tornando esta plataforma um importante instrumento de integração e gerência, contendo bancos de dados e diferentes aplicativos disponíveis para o aprimoramento da governança institucional.

Na área de preservação do patrimônio histórico, científico e cultural os principais avanços foram a elaboração da Política de Preservação e Gestão de Acervos da Fiocruz, o início da construção do Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS) e o mapeamento do potencial arqueológico dos *campi* Manguinhos e Mata Atlântica. Em especial, a implantação do CDHS é uma iniciativa de grande impacto, capaz de elevar a área de preservação e difusão do patrimônio histórico-cultural da saúde para um novo patamar de excelência. Nesta área, experimenta-se a ampliação da capacidade de captação de recursos para projetos culturais e de preservação do patrimônio, sendo destaque a configuração do escritório de captação, iniciativa da COC e hoje abrangente para toda a Fiocruz.

O macroprojeto Presença Nacional da Fiocruz, de importância fundamental para a organização, inclui a institucionalização de escritórios da Fiocruz nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí; a formalização do Instituto Carlos Chagas no arcabouço jurídico institucional da Fiocruz; e o reconhecimento da Fiocruz Brasília como um centro de formação e integração que serve a toda a Fiocruz. A ampliação de que se trata neste macroprojeto não se restringe a consolidar exclusivamente estes escritórios, mas propõe, sobretudo, articular nacionalmente a presença da Fiocruz, considerando o conjunto de unidades já existentes. Esta agenda expressa um desafio crucial para a Fiocruz – tornar-se efetivamente um agente do processo de desenvolvimento em nível local e regional, contribuindo de fato para a redução das desigualdades e iniquidades em âmbito nacional. É preciso destacar, neste campo, os recentes movimentos relacionados ao Fórum das Unidades Regionais, que incluem os escritórios da Fiocruz no Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia; as unidades do Amazonas, da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Paraná; e a Fiocruz Brasília, coordenadora. Este Fórum vem se consolidando como um importante espaço de formulação, visando a maior integração nacional da instituição. No entanto, esta agenda ainda carece de maior sistematização e racionalidade, tais como planos diretores articulados e segundo diretrizes estratégicas corporativas. Embora relevante, a discussão sobre a presença nacional da Fiocruz não deve passar, neste Congresso, pela criação de novas unidades técnicas, mas sim pelo adequado amadurecimento e integração de projetos e recursos.

3.3. Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde

O eixo *Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde* abrange as iniciativas e estratégias relacionadas com a produção industrial de insumos para a saúde, assim como com a relação entre desenvolvimento tecnológico, inovação e produção. Com várias ações e avanços, como descritos a seguir, o grande desafio ainda está relacionado à maior integração da cadeia da inovação da Fiocruz, melhor articulando a dimensão da pesquisa com o desenvolvimento tecnológico e efetiva inovação.

Neste eixo destacam-se cinco grandes projetos de investimento, que se alinham aos objetivos de modernização/implantação de plataformas de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos em saúde: implantação do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reagentes (CIPBR); Projeto de Revitalização de Farmanguinhos; construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos (NCPFI); implantação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS); e implantação do Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais de Bio-Manguinhos no Ceará. Parte destes projetos foi iniciado anteriormente ao período deste PQ e encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento. O CIPBR é o projeto mais avançado. Está em fase final de implantação, com previsão de entrega das instalações neste primeiro semestre de 2014, seguindo-se fase de comissionamento técnico e efetivo início de funcionamento previsto para 2015. Os demais se encontram atrasados em relação ao cronograma inicial, em razão de dificuldades diversas, relacionadas com capacidade executiva, limitações orçamentárias e entraves legais.

O Centro CIPBR reúne na mesma edificação, e de forma inédita, a planta de protótipos para desenvolvimento de novas vacinas e biofármacos e a planta de produção de biofármacos e reagentes para diagnóstico. Na nova plataforma serão produzidos insumos como os biofármacos alfaeopetina humana recombinante e o antiviral alfainterferona 2b humano recombinante, além de reagentes para diagnóstico laboratorial para diferentes doenças. Essa concepção integrada possibilitará melhor relacionamento entre as várias atividades, além da racionalização das operações e da manutenção técnica, acarretando redução destes custos.

O NCPFI consiste em nova área para a ampliação das atividades de processamento final com vistas à introdução de novos produtos e ampliação da capacidade de produção de vacinas e biofármacos, dentro das Boas Práticas de Fabricação e marcos das Agências Regulatórias, para atender aos programas públicos do Ministério da Saúde e das agências das Nações Unidas. Estas condições permitirão a pré-qualificação do NCPFI pelas agências internacionais de regulação, como OMS, EMEA e FDA, de forma a garantir ao país a condição de fornecedor global de imunobiológicos a partir da produção excedente do Instituto. O cronograma da obra e instalações apresenta a perspectiva de entrada efetiva em funcionamento no final de 2017.

O Projeto de Revitalização de Farmanguinhos é a principal iniciativa estratégica para reestruturar e direcionar os novos rumos do Instituto. O projeto tem por objetivos ampliar a capacidade de adaptação da unidade para recebimento de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs), promover a modernização do parque fabril e contribuir para a consolidação de uma área estratégica de pesquisa e desenvolvimento. Destaque para o projeto de planta de farmoquímica, com apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia/MS, a ser implementado nesse ciclo que ora se inicia.

Quanto ao CDTS, apesar de suas obras terem sido iniciadas no final de 2008 devido a problemas com a empresa construtora, a mesma foi interrompida em março de 2012. Os trabalhos foram retomados neste início de ano, com ajustes em projetos e reinício de obras no segundo semestre. Estima-se que no segundo semestre de 2015 o prédio deverá estar concluído. A entrada em funcionamento efetivo do CDTS é um desafio a ser enfrentado no próximo ciclo de planejamento, juntamente com o fortalecimento da área de gestão tecnológica, com vistas a uma maior integração entre as áreas de pesquisa, desenvolvimento e produção na Fiocruz.

O Projeto do Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais de Bio-Manguinhos no Ceará está inserido no PPA 2012-2015. A perspectiva é de inauguração das instalações em 2016, seguida da validação e posterior produção do primeiro lote de consistência em 2018. Este empreendimento apresenta-se como âncora no Polo de Biotecnologia em Eusébio – CE, configurando estratégia de desenvolvimento regional singular, integrando o conjunto da futura unidade Fiocruz Ceará. Possui importante sinergia com políticas e ações do governo local.

Neste eixo, uma importante conquista recentemente obtida foi a aprovação, em plenária extraordinária do VI Congresso Interno da Fiocruz, da mudança do regime jurídico do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da condição de unidade técnico-científica da Fiocruz para empresa pública. O processo, amadurecido ao longo dos últimos anos tanto internamente quanto junto a diversos órgãos do executivo federal, com destaque para o Ministério da Saúde, expressa um grande salto institucional, com significativos desafios de inovação na gestão, tanto para Bio-Manguinhos quanto para o conjunto da instituição. Aguarda-se para os próximos meses a apreciação de projeto de lei respectivo pelo Legislativo federal e finalmente a sua sanção pelo Executivo. Sem dúvida, um dos maiores desafios para o próximo ciclo de planejamento será o processo de transição de Bio-Manguinhos para o regime de empresa pública, o que deverá demandar esforços consideráveis das áreas de planejamento e gestão em geral, tanto no âmbito da Fundação quanto no âmbito da futura empresa.

Com referência às estratégias de fortalecimento e aperfeiçoamento da gestão da inovação da Fiocruz, verificam-se alguns avanços. O Sistema Gestec-NIT opera os campos da gestão da propriedade intelectual, transferência de tecnologia, informação e prospecção tecnológica distribuídos em todas as unidades da Fiocruz. Desde 2011 até o presente momento, foram celebrados 51 contratos envolvendo propriedade intelectual e transferência de tecnologia, incluindo codesenvolvimento tecnológico, aquisição ou licença de tecnologia. Esse número reflete o esforço para o aumento da formalização das parcerias. Entretanto, apesar dos resultados atingidos, que incluem a implantação e consolidação dos NIT em várias unidades, a implantação do *site* da GESTEC e de um amplo programa de capacitação, reconhece-se que ainda há o que se fazer - em especial no campo da prospecção interna e externa, além de papel mais expressivo no âmbito da melhor articulação da cadeia interna de pesquisa e inovação.

Outro objetivo estratégico de grande impacto presente no eixo *Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde* focalizou a ampliação e a diversificação das plataformas tecnológicas e da carteira de produtos desenvolvidos e produzidos na Fiocruz, sobretudo os de alto conteúdo tecnológico e impacto sanitário. Dentre os resultados esperados estão as parcerias para o desenvolvimento de produtos (PDPs) tecnológicos implantadas; produtos desenvolvidos em novas rotas tecnológicas; e contratos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento estabelecidos.

No que se refere às PDPs, estas integram o Plano Brasil Maior, que visa o fortalecimento das indústrias nacionais, sobretudo farmacêuticas, mas também farmoquímicas e de outras áreas, quando nacionais. A Fiocruz vem atuando de forma estratégica com o objetivo de fortalecer a produção nacional e garantir o acesso dos brasileiros assistidos pelo Sistema Único de Saúde aos medicamentos de alto custo. Estão em andamento na Fiocruz, no momento, 35 PDPs. A gestão estratégica e operacional deste tipo de iniciativa ainda requer importante aprimoramento, incluindo adequadas análises de risco e análise tecnológica prospectiva, dentre outros aspectos que possibilitariam uma maior racionalização deste processo. Considerando que os produtos envolvem desenvolvimento da capacidade de integração e liderança da Fiocruz na implantação de sistema de gestão que dê suporte às redes de inovação e produção, os resultados são limitados, na medida em que as iniciativas são ainda bastante focadas no processo produtivo. Carecem de maior articulação com outras dimensões do processo de inovação interno da Fiocruz, inclusive com a fase de geração de conhecimento científico com potencial uso para o SUS.

3.4. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade

O eixo *Saúde, Ambiente e Sustentabilidade* é composto por dois macroprojetos: o primeiro tem por objetivo a consolidação do programa de saúde e ambiente na Fiocruz e o segundo encerra um grande conjunto de iniciativas relacionadas à gestão ambiental, particularmente nos *campi* da Fiocruz e áreas de entorno. Estes visam contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas integradas de saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável.

Com relação ao primeiro macroprojeto, pode-se destacar a implantação do Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres (Ceped) e do Observatório de Clima e Saúde, assim como a realização de alguns projetos de intervenção, em parcerias com a Petrobras e com o Ministério da Saúde, por exemplo. Entretanto, o objetivo central de constituição e consolidação de um programa na área de saúde e ambiente, capaz de fomentar e integrar atividades e projetos em âmbito institucional, não foi alcançado no período de referência, em que pesem algumas cooperações firmadas e a qualidade dos documentos produzidos.

O segundo macroprojeto Governança, inovação e sustentabilidade socioambiental, em uma perspectiva territorializada, é composto por um grande conjunto de iniciativas relacionadas com a promoção e implantação de políticas visando à sustentabilidade socioambiental nos *campi* da Fiocruz e áreas de entorno, especialmente na Mata Atlântica e em Manguinhos.

Para além dos indicativos do VI Congresso, neste período, novas atribuições e responsabilidades foram instituídas. Destaca-se o fortalecimento da cooperação com o DSAST/SVS/M; a definição de uma agenda estratégica conjunta em consonância com a Política Nacional de Saúde Ambiental, que incluiu o protagonismo da Fiocruz na realização na 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental; a redesignação da Fiocruz como Centro Colaborador da OMS na área de Saúde & Ambiente; e o processo de Implantação do *Campus* Mata Atlântica.

O processo em curso de delimitação da ação institucional na área de Saúde & Ambiente, permeada por uma perspectiva estratégica, vem implicando na construção de uma agenda nacional pautada por prioridades de âmbito global, regional, nacional e local, com ênfase nos biomas brasileiros. A participação da Fiocruz na construção do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi uma das mais destacadas iniciativas neste campo e contribuiu para o estabelecimento de agenda permanente voltada para a revisão dos Objetivos do Milênio (ODM) e a construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, voltados para o período pós 2015.

O posicionamento institucional em temas como dos efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde; o impacto da produção industrial, como no caso da TKCSA, Comperj e CSN, entre outros; a necessidade de parcerias com movimentos sociais, como nas iniciativas junto à população do campo e floresta, com destaque para iniciativas junto ao MST e Contag. No campo governamental, as cooperações com os Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Funasa, entre outros, são dispositivos que possibilitam a inserção da Fiocruz e do tema da saúde em outras áreas de atuação do estado que contribuem decisivamente para o debate dos determinantes sociais da saúde na prática institucional.

O entendimento de que Saúde e Ambiente Saudável é um Direito fundamental do homem e a necessária coerência com os princípios orientadores da Reforma Sanitária Brasileira com os Princípios da Política Nacional de Saúde Ambiental orientam vários projetos e as linhas de ação da Fiocruz na interface entre saúde, ambiente e sustentabilidade, quais sejam: as mudanças climáticas, a biodiversidade, a avaliação de impacto de grandes empreendimentos, o saneamento e a saúde do trabalhador como grandes eixos orientadores da consolidação do programa.

3.5. Saúde, Estado e Cooperação Internacional

No campo Internacional, contando com a coordenação do Centro de Relações Internacionais em saúde (Cris) se destaca o papel da Fiocruz na relação Sul-Sul, consolidando o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (UNA-SUL-Isags), a parceria com o Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (NETHIS).

Mantém, ainda, protagonismo na articulação de Redes de Cooperação Estruturante (redes Escolas Nacionais de Saúde Pública, de Institutos Nacionais de Saúde, de Escolas Técnicas de Saúde) e outras, incluindo a Rede Pan-Amazônica (OTCA) e a Rede de Bancos de Leite Humano. Com essa estratégia, abrange instituições de diversas regiões, principalmente no âmbito dos países de língua portuguesa na África (CPLP/PALOPS) e na América Latina, com ênfase nos membros da UNA-SUL e a cooperação humanitária com o Haiti.

A Fiocruz encontra-se chancelada como Centro Colaborador em Saúde e Ambiente pela OMS. Conta também com um Escritório de Representação na África (Moçambique) para atendimento a programas de intercâmbio com os países dessa região e, nesse mesmo país, apoia o desenvolvimento de uma fábrica de medicamentos.

No âmbito das relações Norte-Sul, campo em que já as unidades técnicas atuavam diretamente, o Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris) tem avançado com mais limitações, predominando nessa fase a coordenação da colaboração francesa, incluindo o Instituto Nacional Francês de Saúde e Pesquisa Médica (INSERM), o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e a Rede Internacional de Institutos Pasteur, da qual a Fiocruz é membro. Igualmente, vem colaborando em negociações com várias entidades de outros países, incluindo o *National Institutes of Health* (Instituto Nacional de Saúde - NIH) e *Centers for Disease Control and Prevention* (Centro de Controle e Prevenção de Doenças - CDC)- EE.UU, a *Canadian International Development Agency* (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - CIDA) e *International Development Research Centre* - (Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento - IDRC) - Canadá), a *Japan International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA) -Japão, a *Cooperação Técnica Alemã (GTZ)* - Alemanha, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT)-Portugal, o IC-III (Espanha) e ainda a Comunidade Europeia e o Reino Unido. Mantem, igualmente, maior articulação com organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), *Organização Pan-Americana da Saúde* (OPAS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UnAids) etc., sendo que a OMS acaba de designar a Fundação como Centro Colaborador em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

3.6. Inovação na Gestão

O eixo *Inovação na Gestão* faz parte da perspectiva de base no Mapa Estratégico e reúne iniciativas relacionadas com aprendizagem institucional e dimensões da gestão em geral - recursos humanos, informação e comunicação, processos e qualidade e recursos em geral.

Neste eixo deve-se destacar o Programa Fiocruz Saudável. Importantes ações previstas tiveram efetivo e importante impacto na qualidade de vida dos trabalhadores, com destaque para a implantação do transporte coletivo; a reinauguração do maior refeitório da instituição; a

retomada da realização dos exames periódicos; a implantação do Programa para Preparação para a Aposentadoria; e as assinaturas de convênios do Sistema Integrado de Atenção à Saúde dos Servidores (SIASS) fora da sede do Rio de Janeiro.

Houve também importantes avanços na área da gestão ambiental. Entre os projetos de potencial impacto nos resultados esperados, há a urgente necessidade de avançar em ações no campo da biossegurança, na implantação do Plano Integrado de Atenção às Urgências e nos programas de Tabagismo, Peso Saudável, Saúde Mental e Hipertensão. A própria gestão do Programa tem experimentado avanços, permitindo maior integração de ações, embora ainda demandando aprimoramentos, dados os desafios de coordenação de frentes tão diversas e ainda, por vezes, atomizadas.

Na perspectiva de melhor organização urbanística de nossos *campi*, a elaboração de um plano diretor para Manguinhos teve início. Dimensões relacionadas à mobilidade, edificações saudáveis e certificadas, adequadas infraestruturas, bem como o racional processo de crescimento são temas tratados. Ainda em 2014 o plano deverá ser submetido ao CD, com a definição de iniciativas similares em outros *campi*, algumas já em curso. Todos se articulam com a perspectiva de uma organização saudável.

Importantes conquistas no período foram a convocação e alocação de mais de oitocentos novos servidores, concursados em 2010, e autorização obtida para a realização de novo concurso neste primeiro semestre de 2014. Deve-se destacar também a realização de curso de especialização em Gestão de Organizações de Ciência Tecnologia em Saúde para segmento de servidores do Rio de Janeiro, da carreira de analista de Gestão, concursados em 2010, que constituiu a primeira atividade do Programa de Desenvolvimento Gerencial, em processo de implantação.

Em relação à gestão da Carreira Fiocruz, uma realização importante foi a incorporação de parte da GDACTSP ao vencimento básico, incluindo ganhos reais aos aposentados, e a criação de mais dois níveis de gratificação por qualificação para o nível médio. Há desafios e perspectivas de várias melhorias futuras para a Carreira como, por exemplo, a mudança do modelo de gratificação de desempenho e criação de outras formas de retribuição por titulação, considerando as especificidades das carreiras. Este acordo foi documentado e representa uma proposta que pode ser utilizada na reabertura das negociações salariais. Perspectivas de melhorias nos planos de carreiras da instituição foram recentemente sistematizadas e encontram-se em processo ampliado de discussão interna, destacando-se consultas públicas e consolidação de proposta institucional para os próximos meses. Na gestão das relações de trabalho entre instituição e sindicato, sobressai o papel da Mesa de Negociação Permanente, cuja retomada e operação no período foi bem sucedida e conta com agenda enriquecida para frente, sendo destaque a agenda focada na melhoria do plano de cargos e salários.

Ainda na área de recursos humanos, outro conjunto de estratégias teve por objetivo a mudança da abordagem de gestão, aproximando-a de uma gestão estratégica. Foi realizado um mapeamento das competências organizacionais da Fiocruz e as da gestão, que subsidiou a elaboração do Programa de Desenvolvimento Gerencial e um primeiro modelo de banco de talentos, que foi implementado com informações dos analistas de gestão do Concurso Público 2010. Estas informações foram utilizadas como parte da metodologia de lotação dos novos analistas de gestão. Esta experiência já mostrou o potencial que um banco de talentos pode ter para a instituição, muito embora seja identificado enriquecimento neste banco de talentos, ainda incipiente, bem como o retardo na implantação dos projetos do Programa de Desenvolvimento Gerencial, que se limitou ao curso de especialização oferecido aos novos analistas.

Avanços importantes são identificados na consolidação do Programa de Qualidade. O lançamento da Carta de Serviços ao Cidadão merece destaque, com duas edições (2012 e 2013). Desde 2011 é realizado diagnóstico anual dos Sistemas Locais de Gestão da Qualidade (SLGQ)

pela CQuali/VPGDI, sendo monitorada e avaliada a adesão das unidades aos requisitos de gestão da qualidade de acordo com a sua missão institucional e alinhada às diretrizes da Política da Qualidade na Fiocruz. A metodologia de mapeamento e modelagem de processos foi formulada, validada, refinada e disseminada a toda a Fiocruz, incluindo capacitação profissional para todas as unidades (analistas e líderes de processos). Foi priorizada a modelagem dos processos de sustentação (suporte ou apoio), sendo igualmente concluída a modelagem da cadeia de logística (Suprir: comprar, armazenar, distribuir e inventariar) com entrega em dezembro de 2013. Os demais processos serão modelados e entregues nos próximos meses. Resultados expressivos foram materializados nos *scores* crescentes alcançados na avaliação do GesPública (Nível de Gestão 6 em 2011 e 7 em 2013), bem como em prêmios alcançados (Fiocruz 2013 – Troféu Destaque, Bio-Manguinhos e Farmanguinhos – Faixa Prata PQ Rio)

No campo da gestão da tecnologia da informação, é importante destacar a disponibilização do *link* da Rede Comep, projeto que inclui a implantação de infraestrutura de fibras óticas (próprias ou por meio de cessão de direitos) e equipamentos para a rede lógica, que aumentará significativamente a banda e a capacidade de transmissão de dados da rede Fiocruz, já consolidada em vários *campi*. Apesar dos avanços, a infraestrutura em TI exige investimentos permanentes e de monta, tanto visando recuperar adequadas e seguras condições, como suportar o crescimento institucional, tendo a TI como dimensão crucial. Já aprovado para os anos 2014 e 2015, há expressivo investimento em novo *datacenter* corporativo. Outra iniciativa importante nesta área tem por objeto a implantação de um sistema integrado de informação para a gestão. O projeto está em andamento, muito embora se registre atraso, com previsão de aquisição de solução para 2015.

Não houve avanços em relação à contratualização externa, exceto pela elaboração de um novo contrato de gestão da Fiocruz/Bio com a SVS, ainda carecendo a instituição de um modelo para organizar e orientar tal contratualização. A contratualização interna de recursos, metas e resultados, não foi concluída. Em 2013 foram implementados indicadores institucionais no nível corporativo e das unidades e propõe-se, para 2014, a pactuação de metas com as Unidades, vinculando metas de produção e indicadores de desempenho.

No âmbito da Fiotec, como instituição de apoio a projetos da Fiocruz, ocorreu no período a edição de nova regulamentação legal (Lei 12.863/13), tornando mais estáveis as relações tanto com a Fiocruz, quanto frente a órgãos de controle. Orientações de órgãos de controle externo (TCU) e da Fiotec e da Fiocruz geraram novos mecanismos de gestão de contratos, incluindo edição de manual específico de contratação, editado em 2013, bem como novos mecanismos de controle e prestação de contas dos projetos. Em relação a contratos com as secretarias estadual e municipal de saúde, relacionados ao apoio à rede de atenção, estes foram descontinuados no ano de 2013. Ainda restam desafios visando maior integração entre os sistemas de informações da Fiotec, em especial àqueles de planejamento e monitoramento interno da Fiocruz, para elevar a capacidade institucional de controle, transparência e, sobretudo, alinhamento com as linhas estratégicas e prioritárias definidas na Fiocruz e em suas unidades. Recente audiência pública (maio) atualizou importantes informações e desafios sobre a gestão da Fiotec.

Em relação às organizações vinculadas, FioSaúde e FioPrev, o período foi de intensas e eficazes mudanças. Ocorreu a separação entre a gestão assistencial e previdenciária, com a constituição e operação da Caixa de Assistência. A regularização desta junto à ANS alcançou êxito, afastando riscos anteriores de intervenção. O caminho da sustentabilidade e maior profissionalização é realidade, já com o lançamento de novos produtos (planos) neste início de 2014, além da ampliação da policlínica no Rio e novas parcerias no plano nacional, com importante melhoria da rede de prestadores nos demais estados.

Quanto ao FioPrev, os rumos estão definidos, visando superação do atual formato, incluindo possibilidade para resgate de poupança ou sua aplicação em novo formato de plano previdenciário, com importante pacto entre a Fiocruz, a Asfoc-SN e o próprio FioPrev, fruto de negociação alcançada na Mesa de Negociações, submissão à audiência pública e chancela unânime pelo CD da Fiocruz. O ano de 2014 deverá ser operacional quanto à estratégia traçada.

Também ocorreu nesse período a implantação do Conselho Superior da Fiocruz (novembro de 2011). Este Conselho reuniu-se duas vezes, nos dois semestres de 2012, conforme o regimento. Porém, em 2013 ocorreu apenas uma reunião, no segundo semestre. As questões pertinentes ao Conselho Superior exigem maior interação com as demais instâncias dirigentes, sobretudo o CD e em especial as deliberações do Congresso Interno, incluindo respectivos monitoramentos. São temas relativos ao aprimoramento do sistema de governança da instituição, aí incluídas as câmaras técnicas e as novas práticas de audiências públicas, como as já realizadas em 2013: balanço do desempenho institucional pela Presidência, em maio, e com compromisso de ser anual; Fiocruz Saudável, em setembro; e Plano Diretor do *Campus* Manguinhos, em outubro. Neste primeiro semestre houve ainda audiência pública, com abertura de consulta pública eletrônica, sobre Melhorias no Plano de Cargos da Fiocruz, em abril, e sobre a Fiotec, em maio.

3.7. Síntese e Conclusões relativas a Avaliação de Desempenho no Período

Como foi observado, os eixos temáticos que estruturam o planejamento não seguem a lógica das áreas específicas/unidades da organização, mas representam grandes áreas de atuação da Fiocruz. Apesar da fragmentação aparente, há um sentido de conjunto que pode ser divisado. De um ponto de vista mais geral, a tônica do Plano Quadrienal, assim como do Plano de Longo Prazo, recai sobre processos de integração institucional, seja na área de pesquisa e desenvolvimento, seja na inter-relação entre pesquisa, inovação e produção, ou, ainda, no ensino ou na avaliação e apoio à formulação de políticas públicas.

Sem dúvida, trata-se de um direcionamento que alcança bom desempenho no período, mas que pode e deve ser aperfeiçoado a partir do próprio sistema de planejamento, mas sobretudo na dimensão da gestão da governança institucional, de modo a propiciar mais alinhamento interno às estratégias e prioridades definidas, gerando melhores entregas à sociedade.

Quanto à análise de desempenho do período, é importante considerar fragilidade institucional quanto à prática regular de monitoramento, controle e avaliação sobre o plano. Esta condição é decorrente, em alguma medida, de limitações técnicas do próprio processo de planejamento, mas deve, sobretudo, ser assumida como limitação na gestão das instâncias e sistema de governança corporativa. A cultura de tomada e prestação de contas internas (monitoramento e controles) nos diversos níveis de gestão, tanto técnicas (câmaras e instâncias de planejamento), quanto político-técnicas (conselhos deliberativos) encontra-se ainda incipiente. Isso fragiliza o adequado e continuado alinhamento estratégico da instituição, considerando o conjunto das unidades e a diversidade dos projetos e ações. Faz-se necessário um significativo aperfeiçoamento no processo de planejamento neste próximo ciclo, aliado a melhor operação e enriquecimento do sistema de governança.

Moções aprovadas

Moção de apoio ao Movimento Chega de Descaso

A plenária do VII Congresso Interno da Fiocruz, reunida entre os dias 1º e 2 de dezembro de 2014 e composta por delegados de todas as unidades da Fiocruz presentes em diversas partes do Brasil, vem por meio desta moção prestar o seu total e irrestrito apoio ao movimento Chega de Descaso, criado a partir da trágica morte de Ana Carolina Domingos Cassino, de 23 anos, no último dia 17 de agosto do ano corrente, em hospital da Unimed (Barra da Tijuca-RJ), depois de esperar 28 horas por uma simples cirurgia de apendicite – movimento apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN) desde seu início.

Não estamos diante de uma fatalidade. O caso revela o desumano processo de mercantilização da vida e dos direitos básicos a uma existência digna que atinge a população, desde os contingentes mais desfavorecidos até a classe média. Na base do problema está o mesmo processo de privatização do direito à saúde, que desvaloriza e atrofia o SUS – um sistema construído para ser público, universal e de qualidade -, para, literalmente, vender a solução através de planos de saúde, que têm contado crescentemente, inclusive, com recursos e subsídios públicos.

A Fundação Oswaldo Cruz, através do conjunto dos seus servidores, se solidariza com os familiares e amigos de Ana Carolina – que era servidora do Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e ex-aluna da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) – e cobra apuração rigorosa dos fatos e punição dos responsáveis.

Carta Compromisso do VII Congresso Interno em defesa da política de acesso aberto ao conhecimento e do uso preferencial do software livre

A Plenária do VII Congresso Interno da Fiocruz reunida entre os dias 01 e 02 de dezembro de 2014 reafirma seu compromisso com as políticas e diretrizes institucionais de informação e comunicação e de gestão de TI que apontem para o uso preferencial de softwares livres sempre que for factível essa alternativa, assim como, pela consolidação e avanço da aplicação da política de acesso aberto ao conhecimento na instituição. O Congresso recomenda fortemente às áreas de gestão de TI da Fiocruz que se abstenham especialmente do uso de softwares proprietários para sistemas de correio eletrônico e também sistemas de gestão que tenham similares em versão em software livre disponíveis e com capacidade testada na Fiocruz, ou no Portal do Software Público Brasileiro. A Fiocruz deve cumprir as orientações sobre governo eletrônico da Administração Federal expressas na **Instrução Normativa Nº 04 de 12 de novembro de 2010, que em seu Art. 11, trata da análise da viabilidade da contratação de serviços de informática e determina como pré-requisitos, em seu parágrafo I, item a, a análise da disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública; no item b, as soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>) e no item c, a capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público.** A Fiocruz deve cumprir também o disposto no **Decreto Presidencial Nº 8.135 de 04/11/2013** que determina em seu Art. 1º, “**As comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos e entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias.**” e também o **parágrafo 3º do mesmo Artigo** que estabelece que “**Os programas e equipamentos destinados às atividades de que trata o caput deverão ter características que permitam auditoria para fins de garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações....**” e ainda o **parágrafo 4º** que determina “**O armazenamento e recuperação de dados a que se refere o caput deverá ser realizada em centro de processamento de dados fornecido por órgãos e entidades da administração pública federal.**”

No que se refere particularmente ao uso de software de correio eletrônico, aplicativo que por suas características de uso e finalidades pressupõe o cumprimento de requerimentos específicos de confidencialidade e segurança da informação, já há alternativas disponíveis em software livre, tanto no Portal do Software Público

Brasileiro, como também, solução desenvolvida pela própria Fiocruz. Nesse caso, software já testado e em pleno uso por um número expressivo de contas, que tem demonstrado boa avaliação quanto a sua confiabilidade, oferta de funcionalidades e eficácia. Temos, portanto, soluções adequadas em software livre disponíveis e qualquer decisão da Fiocruz sobre uso de aplicativos de correio eletrônico deve passar por uma avaliação técnica criteriosa dessa alternativa, em cumprimento das determinações do Governo Federal, através da **IN 04 de 12/11/2010** e pelo **Dec. Nº 8135 de 04/11/2013**. Não se trata pois, de adotar uma atitude puramente “ideológica” ou principista. Quando não houver solução eficaz disponível em acesso livre e código aberto, devemos, é claro, em benefício da administração pública e da sociedade, contratar serviços comerciais e proprietários. Porém, temos que investir e avançar na construção de alternativas de acesso aberto e software livre e é esse precisamente o caso.

Nosso compromisso com a defesa da política de acesso aberto e com o uso preferencial de softwares livres não pode ser apenas retórico, tem que ser consequente e transparente e exercido na prática cotidiana, discutido sempre com as unidades, nas câmaras técnicas, no CD Fiocruz e nos Congressos Internos. Devemos integrar essa preocupação no nosso planejamento interno, nos planos de capacitação e de investimentos. Não se trata de uma questão que pode estar confinada nas esferas técnicas. Ao contrário, é um tema de grande relevância da política institucional e assim deve ser tratado.

A Plenária do VII Congresso Interno da Fiocruz reitera, portanto, como princípio a sua adesão preferencial ao uso de softwares livres e à política de acesso aberto ao conhecimento científico e tecnológico, como importantes elementos da consolidação democrática e da inclusão social no campo da informação e comunicação em saúde e do desenvolvimento soberano do nosso país. A Fiocruz reafirma dessa forma sua postura já inscrita no Relatório Final do seu VI Congresso Interno - *Relatório Final, página 85, macroprojeto “Promover a gestão da informação e do conhecimento orientada à inovação e a qualidade/excelência das ações institucionais”, em produtos, item 2) Política de uso de software livre, com a indução de plataformas abertas, por meio de programas de treinamento para os profissionais de tecnologia de informação e padronização das soluções utilizadas hoje nas unidades da Fiocruz* – e a defesa assumida em eventos nacionais e internacionais, nos quais foi signatária de importantes declarações e manifestações do movimento mundial pelo acesso aberto e pelo uso preferencial de soluções em software livre.